

**TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 766**

**DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POPULAÇÃO  
BRASILEIRA: MUDANÇAS NA SEGUNDA  
METADE DESTE SÉCULO\***

Ana Amélia Camarano\*\*  
Kaizô Iwakami Beltrão\*\*\*

Rio de Janeiro, novembro de 2000

---

\* Os autores agradecem a colaboração de José Maria Júnior na elaboração dos cálculos deste trabalho.

\*\* Da Diretoria de Estudos Sociais do IPEA.

\*\*\* Da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (Ence/IBGE).

---

## MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

Martus Tavares - Ministro

Guilherme Dias - Secretário Executivo



### Presidente

*Roberto Borges Martins*

### DIRETORIA

*Eustáquio José Reis*

*Gustavo Maia Gomes*

*Hubimaier Cantuária Santiago*

*Luís Fernando Tironi*

*Murilo Lôbo*

*Ricardo Paes de Barros*

*Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o IPEA fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais e disponibiliza, para a sociedade, elementos necessários ao conhecimento e à solução dos problemas econômicos e sociais do país. Inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro são formulados a partir de estudos e pesquisas realizados pelas equipes de especialistas do IPEA.*

**Texto para Discussão** tem o objetivo de divulgar resultados de estudos desenvolvidos direta ou indiretamente pelo IPEA, bem como trabalhos considerados de relevância para disseminação pelo Instituto, para informar profissionais especializados e colher sugestões.

Tiragem: 103 exemplares

---

### DIVISÃO EDITORIAL

**Supervisão Editorial:** Nelson Cruz

**Revisão:** André Pinheiro, Elisabete de Carvalho Soares, Isabel Virginia de Alencar Pires, Lucia Duarte Moreira, Luiz Carlos Palhares e Miriam Nunes da Fonseca

**Editoração:** Carlos Henrique Santos Vianna, Juliana Ribeiro Eustáquio (estagiária), Rafael Luzente de Lima e Roberto das Chagas Campos

**Divulgação:** Libanete de Souza Rodrigues e Raul José Cordeiro Lemos

**Reprodução Gráfica:** Edson Soares e Cláudio de Souza

#### Rio de Janeiro - RJ

Av. Presidente Antonio Carlos, 51 — 14º andar - CEP 20020-010

Telefax: (21) 220-5533

E-mail: editrj@ipea.gov.br

#### Brasília - DF

SBS. Q. 1, Bl. J, Ed. BNDES — 10º andar - CEP 70076-900

Telefax: (61) 315-5314

E-mail: editsbs@ipea.gov.br

Home page: <http://www.ipea.gov.br>

© IPEA, 2000

*É permitida a reprodução deste texto, desde que obrigatoriamente citada a fonte.*

*Reproduções para fins comerciais são rigorosamente proibidas.*

---

---

# SUMÁRIO

---

RESUMO

ABSTRACT

1 - INTRODUÇÃO .....	1
2 - A POPULAÇÃO BRASILEIRA.....	1
3 - DISTRIBUIÇÃO INTER-REGIONAL DA POPULAÇÃO BRASILEIRA .....	2
4 - O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO .....	9
5 - DIFERENÇAS REGIONAIS NO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO.....	11
5.1 - A Distribuição Populacional.....	11
5.2 - Os Movimentos Migratórios.....	17
6 - SÍNTESE.....	22
BIBLIOGRAFIA .....	23

---

---

## RESUMO

---

O principal objetivo deste trabalho é analisar as principais mudanças ocorridas com a distribuição espacial da população brasileira de 1940 a 1996, considerando-se duas dimensões do processo: rural-urbana e inter-regional.

Foi visto que a ocupação do território brasileiro durante o período analisado foi caracterizada por uma grande perda de população rural e uma concentração populacional acentuada nas grandes cidades. Esse processo se deu de forma e *timing* diferenciados entre as várias regiões. A migração foi o principal determinante demográfico desse processo, dado que o crescimento vegetativo foi maior nas áreas de emigração.

Outro movimento observado neste trabalho foi a expansão da fronteira agrícola nas regiões Sul, Centro-Oeste e Norte; isto se deu paralelamente a um crescimento da população urbana. Além disso, no mesmo período a nova capital federal foi construída numa área de baixa densidade demográfica, o Centro-Oeste.

A despeito do grande crescimento populacional experimentado pela região Norte, a distribuição da população pelas cinco grandes regiões brasileiras não se alterou muito. No final do século XX, a população continua concentrada na região Sul. As mudanças foram mais importantes intra-regionalmente, levando a uma urbanização acelerada e a uma concomitante desruralização da população brasileira.

A tendência das atividades econômicas é de continuar se concentrando nas grandes cidades da região Sudeste. Isso significa que, no futuro próximo, a população brasileira tenderá a continuar a se fixar nos grandes centros.

---

---

# ABSTRACT

---

The main purpose of this paper is to analyze the main changes that took place in the spatial distribution of Brazilian population through 1940 to 1996. This considers the two dimensions of this process: rural-urban and inter-regions.

It was seen that Brazilian territorial occupation over the studied time- period was characterized by a great loss of rural population and a marked concentration on large cities. This process took place in different ways and different timing among the several regions. Migration is the principal determinant of this process as natural increase is higher in emigration areas.

Another movement was observed in this study, the expansion of agricultural frontier in the South, Mid West and the North regions. This was paralleled with an increase also as well in rural as in urban populations. Moreover, over the same time, a new Federal capital was build in a low demographic density area, the Mid West.

In despite of the large population increase experienced by the Mid West region, its rapid urbanization as well as the population increase in the North region, the spatial distribution of Brazilian population has not changed much among the five major regions. At the end of this century, Brazilian population is still concentrated in the Southeast region. Changes were more important within regions. Although at different pace, all regions experienced a large concentration of their population in the largest cities. This was paralleled with loss of rural population. This took place also in regions which experienced an expansion of their frontiers.

Economic activities are again being concentrated in the large cities of the Southeast region. It means that in the near future, Brazilian population would be more concentrated in great urban centers.

---

## **1 - INTRODUÇÃO**

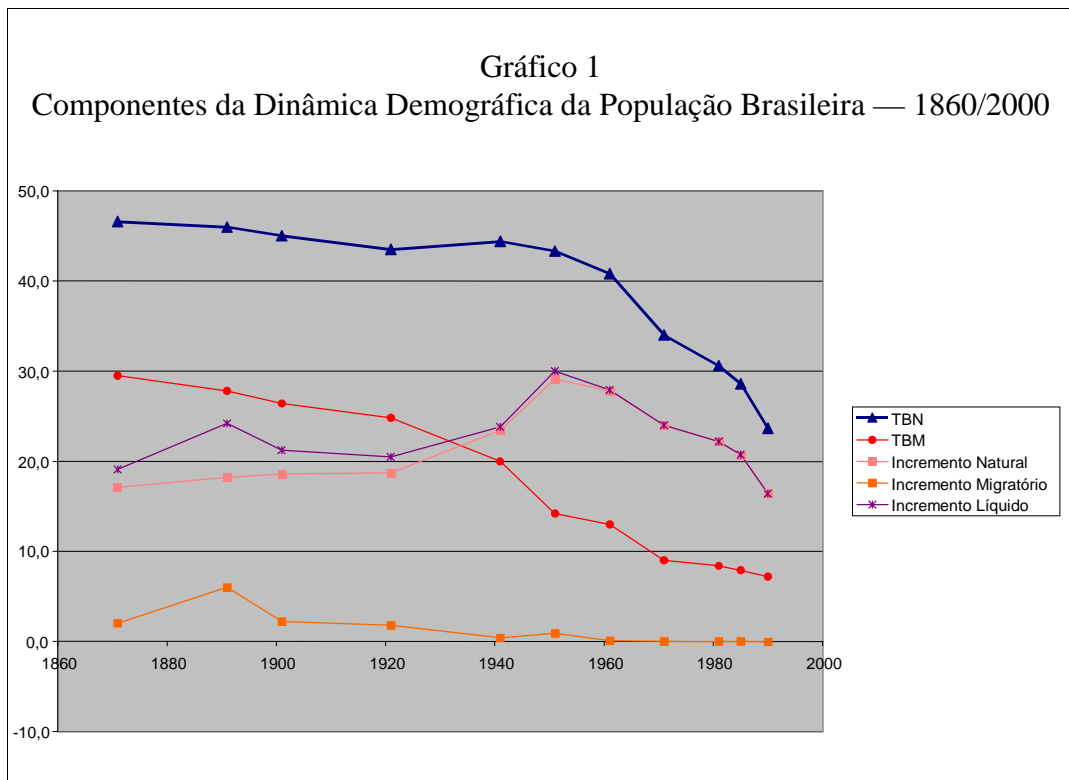
De acordo com a contagem populacional de 1996, a população brasileira era de aproximadamente 156 milhões de habitantes em primeiro de agosto daquele ano, dos quais 78% viviam nas áreas consideradas urbanas e 17% residiam em apenas duas cidades — São Paulo e Rio de Janeiro. Essa situação difere bastante da prevaente em 1940, quando a população era formada por 41 milhões de habitantes, dos quais 80,5% viviam nas áreas rurais e/ou em cidades com menos de 20 mil habitantes. A população da então maior cidade do país, Rio de Janeiro, era de 1,8 milhão, o equivalente a 4,4% da população nacional. Nesse ano, a população da Cidade de São Paulo não havia ultrapassado 1,4 milhão de habitantes, o que mostra que a população brasileira passou por transformações bastante significativas no período: quase quadruplicou e se concentrou nas grandes cidades.

O objetivo deste trabalho é analisar as mudanças ocorridas na distribuição espacial da população brasileira entre 1940 e 1996. Para facilitar o entendimento dessas mudanças, é apresentada, na Seção 2, uma breve revisão da dinâmica populacional no período. A análise da distribuição espacial está dividida em duas dimensões complementares: inter-regional e rural-urbana, contempladas nas Seções 3 e 4, respectivamente. A Seção 5 analisa os diferenciais regionais no processo de distribuição rural-urbana da população brasileira e a Seção 6 apresenta uma síntese dos principais resultados. Os dados utilizados são os provenientes dos vários censos demográficos e da contagem populacional de 1996.

## **2 - A POPULAÇÃO BRASILEIRA**

Os aproximadamente 156 milhões de habitantes residentes no Brasil em 1996 são o resultado de uma história populacional que pode ser sintetizada em três períodos básicos. No primeiro (ver Gráfico 1), que abrange desde o século passado até aproximadamente 1930, a população brasileira apresentava taxas de natalidade e de mortalidade relativamente altas e, conseqüentemente, pequena taxa de crescimento vegetativo. No entanto, entre 1870 e 1930 observou-se um incremento populacional significativo, resultado de taxas de crescimento acima de 2% a.a., favorecidas pela imigração internacional.

A partir de 1940, inicia-se o segundo período dessa história, quando os níveis de mortalidade começaram a declinar e os movimentos populacionais de origem internacional perderam importância no contexto da população nacional. A mortalidade geral experimentou um declínio rápido e sustentável a partir daí, o que acarretou um aumento na esperança de vida ao nascer de 41 anos para aproximadamente 73 anos em 1995.



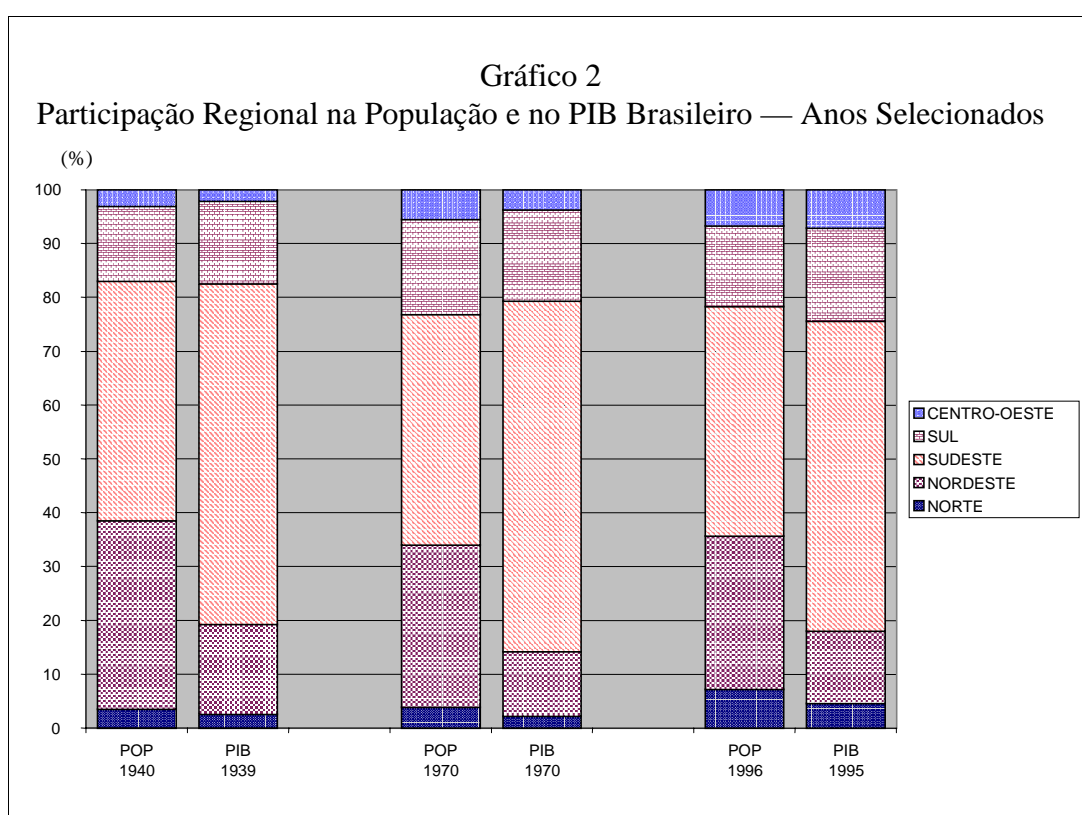
A queda da mortalidade passou a ser responsável pela variação no ritmo de crescimento da população brasileira até 1970, levando a que este crescimento atingisse o seu ápice nas décadas de 50 e 60 (taxas médias em torno de 2,9% a.a.), o que foi possível, também, pelos altos níveis de natalidade prevaletentes.

O segundo período se estendeu até o final da década de 60, quando os níveis de fecundidade também começaram a declinar, mais do que contrabalançando a redução, também em curso, na mortalidade, impedindo assim que a taxa de crescimento da população brasileira continuasse a aumentar. A taxa de fecundidade total do Brasil passou de 5,9 filhos no período 1935/40 para 6,3 nos anos 60 e 2,5 no quinquênio 1991/96. Iniciou-se, no final dos anos 60, o terceiro período, caracterizado por uma redução acelerada da taxa de crescimento populacional, que hoje é estimada em torno de 1,2% a.a.

### 3 - DISTRIBUIÇÃO INTER-REGIONAL DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

Como já mencionado, a análise da distribuição espacial da população brasileira está dividida em duas dimensões complementares: inter-regional e rural-urbana. Dada a heterogeneidade do espaço nacional, em ambos os casos, a análise será feita utilizando-se o corte regional, ou seja, considerar-se-ão as cinco grandes regiões do Brasil, definidas para fins analíticos.

No Gráfico 2, encontram-se as participações regionais na população e no PIB brasileiro em 1940, 1970 e 1996. Um primeiro ponto a ser destacado é a forte concentração do PIB e da população brasileira na região Sudeste, que possuía, em 1996, aproximadamente 43% do total dessa população e era responsável por 57,6% do PIB. Essas participações declinaram ligeiramente no período, mas não alteraram significativamente a distribuição regional da população e do PIB. De fato, o declínio foi mais expressivo para a participação do PIB do que para a da população. A concentração aí verificada se dá praticamente em áreas urbanas, notadamente nas três grandes metrópoles (São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte). É importante salientar que esta região concentra não só a maior parte da produção industrial do país como também a agropecuária.



A Tabela 1 apresenta a razão entre produto e população para cada região, padronizada pela razão para o Brasil como um todo. As regiões Norte e Nordeste apresentam sempre a razão bastante abaixo de 1, indicando maior concentração de população *vis-à-vis* o produto. O oposto acontece com a região Sudeste. Os maiores ganhos no período considerado foram observados para a região Centro-Oeste.



Tabela 1

**Eficiência Relativa (PIB/População) da Região vis-à-vis o Brasil**

	1940	1970	1996
Norte	0,733	0,568	0,640
Nordeste	0,477	0,397	0,470
Sudeste	1,422	1,521	1,350
Sul	1,100	0,959	1,155
Centro-Oeste	0,688	0,679	1,062

Fontes: IBGE, vários censos demográficos e Cano (1997, p. 112).

A região Nordeste vem mantendo, desde os anos 50, o seu papel tradicional de provedor de população para a região Sudeste. Apesar de possuir uma taxa de crescimento vegetativo mais elevada do que a média do país, essa região vem apresentando perda em sua participação relativa no contexto da população total: de 35% para 28,5% entre 1940 e 1996. O mesmo tem acontecido com o PIB, cuja participação decresceu de 17% em 1940 para 13,5% em 1995. Já a região Sul aumentou a sua participação no total nacional entre 1940 e 1970 de 14% para 18% mas, em 1996, essa participação caiu para 15%. Basicamente as variações da distribuição do PIB acompanharam as variações apresentadas pela população.

Uma mudança importante ocorrida no período foi o aumento da participação da população da região Centro-Oeste no total nacional, que passou de 3% para 6,7%. Isto se deve não só à expansão da sua fronteira agrícola mas, também, à criação de Brasília, que não existia em 1940 e, em 1996, absorvia 20% da população regional. A distribuição do PIB acompanhou com uma larga ampliação o movimento populacional; a contribuição regional aumentou de 2,1% para 7,1%. A região Norte também apresentou um incremento importante em relação à população e ao PIB nacional, resultado da expansão de sua fronteira agrícola e da concomitante urbanização.

A distribuição espacial da população brasileira é resultado de taxas de crescimento vegetativo diferenciadas e, principalmente, de movimentos migratórios. Esses movimentos neste meio século têm sido resultado de dois processos concomitantes e aparentemente contraditórios: a abertura sucessiva de novas fronteiras e a concentração progressiva da população total num determinado núcleo da região central do país (região metropolitana de São Paulo). Reconhece-se que esses movimentos populacionais estão interligados não somente pelo processo de transformação socioeconômica que os gerou, mas também pelas suas interações com outras variáveis demográficas.

A Tabela 2 apresenta as taxas de crescimento anuais e a proporção do crescimento populacional intercensal regional no total do crescimento nacional para as décadas de 40 a 80 e primeira metade da de 90. Uma leitura conjunta dessas informações permite apreender as grandes tendências da redistribuição espacial da população brasileira, década por década.

Tabela 2

**Taxas Anuais de Crescimento e Participação do Incremento Absoluto Regional no Total Nacional — População Total**

(Em %)

Grandes Regiões	1940/50	1950/60	1960/70	1970/80	1980/91	1991/96
<b>Taxas Anuais de Crescimento</b>						
Brasil	2,4	3,1	2,9	2,6	1,7	1,3
Norte	2,4	3,6	3,6	5,0	3,8	1,9
Nordeste	2,3	2,2	2,5	2,2	1,6	1,1
Sudeste	2,1	3,2	2,6	2,7	1,6	1,3
Sul	3,2	4,2	3,4	1,5	1,2	1,2
Centro-Oeste	3,5	5,1	6,2	4,3	2,7	2,2
<b>Incremento Absoluto no Total Nacional</b>						
Brasil	10.708.082	19.047.946	23.516.240	26.641.990	25.766.886	10.162.114
Norte	3,9	4,6	5,4	9,7	13,5	10,2
Nordeste	33,1	23,4	26,6	25,3	27,4	22,6
Sudeste	39,2	44,7	39,4	46,0	39,1	42,7
Sul	19,7	21,3	20,4	10,1	10,6	13,8
Centro-Oeste	4,1	5,3	8,9	8,9	9,3	10,7

Fonte: IBGE, vários censos demográficos.

Começando pela década de 40, observa-se que a taxa média de crescimento da população brasileira foi de 2,4% a.a. As regiões Norte e Nordeste experimentaram valores semelhantes a este, enquanto nas regiões Sul e Centro-Oeste observaram-se taxas bem mais elevadas. Esse crescimento mais acentuado está associado à expansão das suas áreas de fronteiras, o que é sugerido pela Tabela 3, que mostra que a população rural das duas regiões cresceu a taxas de aproximadamente 3% a.a. O aumento da população rural nessa década foi responsável por aproximadamente 2/3 do incremento da população das duas regiões.

A Tabela 2 mostra um menor ritmo de crescimento na década de 40 para a região Sudeste, o que pode ser explicado por um baixo dinamismo de sua população rural (taxa de 0,6% a.a.). No entanto, dada a base populacional já existente, essa população absorveu quase 40% do incremento absoluto da população brasileira e 60% do crescimento da população urbana brasileira. De fato, conforme se pode ver pela Tabela 4, 83% do incremento populacional verificado nessa região foram absorvidos pelas áreas urbanas.

Tabela 3

**Taxas Anuais de Crescimento e Participação do Incremento Absoluto Regional no Total Nacional — População Rural**

(Em %)

Grandes Regiões	1940/50	1950/60	1960/70	1970/80	1980/91	1991/96
<b>Taxas Anuais de Crescimento</b>						
Brasil	1,6	1,6	0,7	-0,6	-0,7	-1,2
Norte	1,9	2,7	2,4	3,5	2,3	-0,3
Nordeste	1,8	1,1	1,2	0,5	-0,4	-1,4
Sudeste	0,6	1,1	-1,9	-2,0	-1,6	-0,9
Sul	3,0	2,9	2,2	-2,5	-2,1	-1,3
Centro-Oeste	3,1	3,6	3,4	-1,0	-1,4	-1,5
<b>Incremento Relativo</b>						
Brasil	100,0	99,1	102,0	100,0	100,0	100,0
Norte	5,0	7,7	19,7	-39,1	-30,9	3,7
Nordeste	45,3	26,1	74,4	-31,0	24,0	55,8
Sudeste	14,9	24,3	-86,4	79,3	49,1	16,3
Sul	28,8	32,5	69,8	82,0	48,5	17,9
Centro-Oeste	6,1	8,5	24,5	8,8	9,4	6,3
<b>Participação no Total da População Rural Nacional</b>						
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Norte	4,2	4,3	4,8	5,8	8,6	12,0
Nordeste	39,0	39,9	37,8	40,1	44,6	46,4
Sudeste	39,2	35,7	34,0	26,4	23,1	20,8
Sul	14,6	16,7	19,0	22,2	18,5	15,9
Centro-Oeste	3,0	3,4	4,2	5,5	5,2	4,9

Fonte: IBGE, vários censos demográficos.

Tabela 4

**Taxas Anuais de Crescimento e Participação do Incremento Absoluto Regional no Total Nacional — População Urbana**

(Em %)

Grandes Regiões	1940/50	1950/60	1960/70	1970/80	1980/91	1991/96
<b>Taxas Anuais de Crescimento</b>						
Brasil	3,9	5,4	5,2	4,6	2,7	2,1
Norte	3,7	5,4	5,5	6,8	5,1	3,5
Nordeste	3,5	4,9	4,5	4,2	3,3	2,5
Sudeste	4,1	5,1	5,1	4,1	2,1	1,6
Sul	3,9	6,7	5,2	5,1	2,7	2,1
Centro-Oeste	4,8	8,4	10,0	7,8	4,0	3,0
<b>Incremento Relativo</b>						
Brasil	100,0	99,3	100,4	100,0	100,0	100,0
Norte	3,1	3,3	3,6	5,5	8,8	9,1
Nordeste	23,1	22,2	20,6	20,5	27,0	28,2
Sudeste	59,1	53,7	55,2	48,8	40,2	38,3
Sul	12,2	16,3	14,2	16,2	14,7	14,5
Centro-Oeste	2,5	3,8	7,0	8,9	9,3	10,0
<b>Participação no Total da População Urbana Nacional</b>						
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Norte	3,3	3,2	3,3	3,4	4,1	5,3
Nordeste	26,3	25,3	24,0	22,6	21,9	23,2
Sudeste	56,1	57,1	55,7	55,5	53,1	49,7
Sul	12,3	12,3	14,0	14,1	14,8	14,8
Centro-Oeste	1,9	2,1	2,8	4,5	6,0	6,9

Fonte: IBGE, vários censos demográficos.

Durante todo o período para o qual se tem informações, foi na década de 50 que a população brasileira apresentou a maior taxa de crescimento populacional — 3,1% a.a. Essa década se caracterizou também por uma grande transferência inter-regional de população para áreas de fronteiras, pois foi a época das construções da Estrada Belém—Brasília e da nova Capital Federal. Houve ainda a dinamização da indústria de base no Sudeste, o que resultou em grandes movimentos migratórios para as áreas metropolitanas e para a colheita de café em São Paulo e no norte do Paraná. Por outro lado, grandes secas afetaram o Nordeste, além da sua indústria têxtil ter passado por um processo de desaceleração.

De acordo com a Tabela 2, a região brasileira que apresentou a mais elevada taxa de crescimento nos anos 50 — 5,1% a.a. — foi a Centro-Oeste, em decorrência da expansão da sua fronteira e da construção de Brasília. Do incremento observado, 50% foram absorvidos pelas áreas rurais e 50%, pelas urbanas. Também pela expansão de sua fronteira agrícola, a região Sul apresentou taxas elevadas de crescimento populacional, tanto urbana quanto rural, e absorveu 29% do crescimento da população rural nacional (ver Tabela 3). Taxas de crescimento elevadas também foram observadas para a região Norte, tanto nas áreas rurais quanto nas urbanas, mas, em face da sua pequena base populacional, essa região foi responsável por apenas 5% do crescimento da população nacional.

Pode-se observar, nas Tabelas 2 e 4, que aproximadamente 45% do crescimento populacional nacional ficaram localizados na região Sudeste nos anos 50. Em relação às áreas urbanas, essa proporção foi ainda mais elevada, 54%. A imigração inter-regional foi um componente importante desse processo. Em contrapartida, a menor taxa de crescimento populacional foi observada na região Nordeste, a despeito do seu crescimento vegetativo mais elevado. A participação do seu incremento populacional no total nacional declinou de 33% para 23% entre as duas décadas. Migrações em direção à região Sudeste explicam esse processo, ao mesmo tempo em que aumentam a concentração populacional nessa região.

Na década de 60, assistiu-se a uma ligeira desconcentração na população brasileira, que favoreceu todas as outras regiões em detrimento da região Sudeste. Em termos de absorção do crescimento absoluto, essa região continuou a absorver a maior parcela do crescimento populacional mas em menor medida do que na década anterior. Em todas as regiões, a maior parte do crescimento populacional se localizou nas áreas urbanas. A região Norte foi a que concentrou a maior proporção do seu crescimento nas áreas rurais, 40%.

A concentração populacional na região Sudeste foi intensificada nos anos 70, localizando-se aí 46% do incremento nacional, todo ele nas áreas urbanas (ver Tabela 2). As regiões Norte e Centro-Oeste também tiveram a sua participação aumentada no total nacional devido a um crescimento populacional mais expressivo, localizado também nas áreas urbanas. O aumento de participação da região Centro-Oeste se deve em grande parte ao crescimento de Brasília. Uma mudança importante de tendência ocorrida na década foi a redução da participação do incremento populacional da região Sul no total nacional — de 20,4% para 10,5%. Isto se deveu basicamente a uma evasão maciça da população rural, em decorrência do esgotamento de sua fronteira agrícola, o que será visto na Subseção 5.2.

A Tabela 2 aponta para uma desaceleração no ritmo de crescimento populacional de todas as regiões brasileiras, provocada pela queda da fecundidade na década de 80. Com exceção da região Norte, todas as outras perderam população rural em termos absolutos (Tabela 3). A população rural nordestina apresentou, pela primeira vez, um declínio absoluto de mais de 5 milhões de pessoas. Esse fenômeno é resultado da combinação da elevada taxa de migração rural-urbana com uma queda nas taxas de fecundidade. Êxodo rural expressivo foi observado também na região Centro-Oeste. As mais altas taxas de crescimento populacional foram observadas nas regiões Norte e Centro-Oeste, explicadas pelo elevado aumento da população urbana (Tabelas 2 e 4).

A intensificação da queda da fecundidade na década de 90 levou à continuação da desaceleração no ritmo de crescimento populacional de todas as regiões brasileiras. Como essa queda foi regionalmente diferenciada, beneficiou mais as regiões Norte e Centro-Oeste. No entanto, embora se tenham verificado nessas regiões as mais elevadas taxas de crescimento populacional dentre as cinco grandes regiões, elas absorveram apenas 21% do crescimento da população total

brasileira, ou seja, menos da metade do incremento percentual verificado para a região Sudeste. A participação da população dessas duas regiões no total nacional continua reduzida, 13,9%.

#### 4 - O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO

Em termos de distribuição populacional rural-urbana, tem-se observado uma concentração progressiva e acentuada da população nas áreas urbanas, notadamente nas grandes cidades. Em 1940, 31% da população brasileira residiam nos quadros urbanos. Em 1996, essa proporção atingiu 78%. A proporção da população residente nas áreas rurais e em localidades com menos de 20 mil habitantes declinou de 80,5% em 1940 para 34% em 1996 (ver Tabela 5). Em compensação, a proporção da população vivendo em cidades com mais de 500 mil habitantes passou de 10,8% para 35,7% no mesmo período. Aproximadamente 17% da população brasileira viviam em 1996 em apenas duas cidades — São Paulo e Rio de Janeiro. Em contrapartida, a percentagem de pessoas vivendo nas áreas rurais decresceu de 68,8% para 22,0%.

Tabela 5

#### Distribuição da População Brasileira por Grupos de Tamanho

(Em %)

Grupos	1940	1950	1960	1970	1980	1991	1996
Urbana	31,2	36,2	45,4	55,9	67,7	74,8	78,0
500 e +	10,8	14,2	21,4	26,7	32,3	35,2	35,7
100-499	5,1	4,9	4,4	6,5	9,6	10,7	11,3
50-99	1,7	2,2	2,6	3,2	4,1	5,4	9,1
20-49	1,9	3,0	4,3	5,1	6,3	7,6	10,4
<20	11,7	11,9	12,7	14,0	15,5	16,4	11,8
Rural	68,8	63,8	54,6	44,1	32,4	24,5	22,0

Fonte dos dados brutos: IBGE, censos demográficos.

Essa concentração populacional é resultado de diferenças nas taxas de crescimento natural, ou seja, diferenças nas taxas de fecundidade e de mortalidade, e de movimentos migratórios, tendo os últimos desempenhado um papel mais importante. Deve-se salientar que a definição de população urbana tem um caráter político-administrativo ao incluir todas as sedes de municípios e distritos, independentemente do seu tamanho. Como no período analisado o número de municípios cresceu de 1.574 para 4.974, isso certamente afetou o volume da população urbana. Parte do crescimento urbano verificado no período foi causada pela criação de novos núcleos urbanos, ou seja, pela elevação do *status* de algumas unidades rurais. No entanto, isso parece não ter sido significativo pois, não obstante a multiplicação do número de cidades pequenas no período, a participação delas no total da população nacional no longo prazo não se alterou muito, embora tenha oscilado no curto prazo. Em 1996, esse conjunto de cidades

absorvia menos de 12% da população nacional — montante semelhante ao absorvido em 1940 (ver Tabela 5).

Movimentos migratórios foram os grandes responsáveis pelo processo de concentração urbana, porque o crescimento vegetativo é tradicionalmente mais baixo nas áreas urbanas, notadamente nas cidades maiores. Estimativas deste trabalho apontam para um volume de aproximadamente 55 milhões de pessoas que deixaram a área rural entre 1940 e 1996. Esse volume foi crescente ao longo do tempo, tendo atingido o seu máximo nos anos 70, quando foi de aproximadamente 14,5 milhões de pessoas (ver Tabela 6).<sup>1</sup> As estimativas de saldo estão desagregadas por sexo, podendo se ver que o fluxo populacional que se dirige às áreas rurais tem se constituído, em sua maioria, por mulheres. Isso só não foi observado nos anos 60. Essas estimativas confirmam uma das mais famosas “leis das migrações rurais” apresentadas em 1885 por Ravenstein: “as mulheres migram mais que os homens” [citado por Camarano e Abramovay (1997, p. 9)].

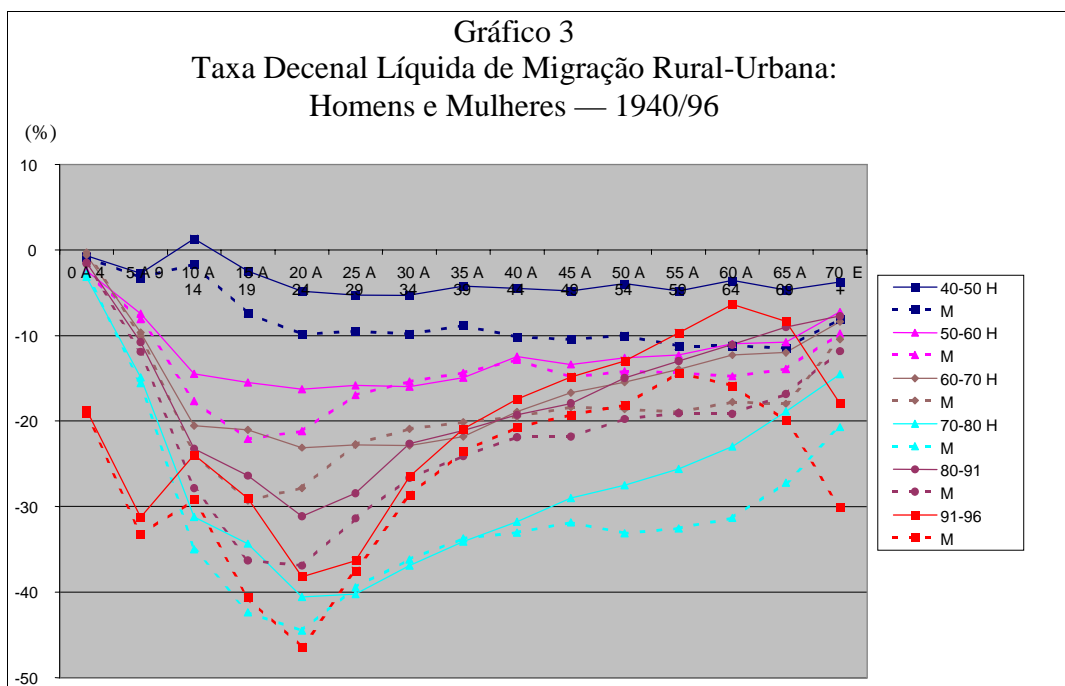
**Tabela 6**  
**Saldo Líquido Migratório Rural-Urbano**

	(Em Milhares)					
	1940/50	1950/60	1960/70	1970/80	1980/90	1991/96
Total	-1.931,0	-10.824,2	-11.412,2	-14.413,2	-12.144,5	-5.781,3
Homens	-616,0	-4.839,2	-6.318,3	-6.959,7	-5.821,5	-1.733,9
Mulheres	-1.315,0	-5.985,0	-5.146,0	-7.453,5	-6.323,0	-2.312,4

*Fonte: Estimativa dos autores com base em censos demográficos diversos.*

O fluxo migratório de origem rural além de ser seletivo por sexo o é também por idade, sendo altamente concentrado nas idades produtivas. As taxas específicas de migração líquida rural-urbana para as décadas compreendidas entre 40 e 90 e para o quinquênio 1991/96 (decenalizadas) estão apresentadas no Gráfico 3. O fenômeno, já descrito, para o total da população (fluxos crescentes e predomínio da população feminina) também se verifica em nível de grupos etários. A taxa de migração cresceu a partir da década de 40, alcançando um máximo na de 70 e arrefecendo nos períodos seguintes, chegando, porém, em 1991/96, a um nível superior ao apresentado pelas taxas dos anos 60.

<sup>1</sup> A explicação para o elevado volume de êxodo rural nessa década pode ser encontrada, dentre outros fatores, pela falência das fronteiras agrícolas enquanto áreas de atração e fixação de população. Em contrapartida, as áreas metropolitanas, particularmente São Paulo, eram o destino predominante dos principais fluxos migratórios [ver Pacheco e Patarra (1997, p. 17)].



O Gráfico 3 aponta, no entanto, para outra característica importante: o caráter juvenil do fluxo migratório rural. São principalmente os jovens os que têm deixado o campo. Verifica-se, tanto para a população masculina quanto para a feminina, que o ponto máximo das taxas específicas de migração tem se dado em quase todas as décadas no grupo de 20 a 24 anos. Além disso, estas taxas são consistentemente maiores (em valores absolutos) para a população feminina em todos os períodos e as suas taxas são ligeiramente mais jovens.

## 5 - DIFERENÇAS REGIONAIS NO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO

### 5.1 - A Distribuição Populacional

A Seção 4 mostrou estar acontecendo uma concentração maciça da população brasileira em cidades que, por sua vez, são cada vez maiores. Esse processo não ocorreu de forma homogênea pelo território nacional. Segundo Martine, a história econômica do período analisado pode ser caracterizada pelo fortalecimento do modelo de industrialização via substituição de importações. Em termos espaciais, o êxito desse modelo e a integração do mercado nacional basearam-se no dinamismo da região Sudeste, dominado pela Cidade de São Paulo [Martine (1994, p. 25)]. Como consequência disso, pode-se dizer que o padrão de urbanização nacional é, em grande parte, reflexo do padrão da região Sudeste. Como mostrado na Tabela 4, em 1996 essa região absorvia quase 50% da população urbana nacional<sup>2</sup> e abrigava as três maiores cidades do país.

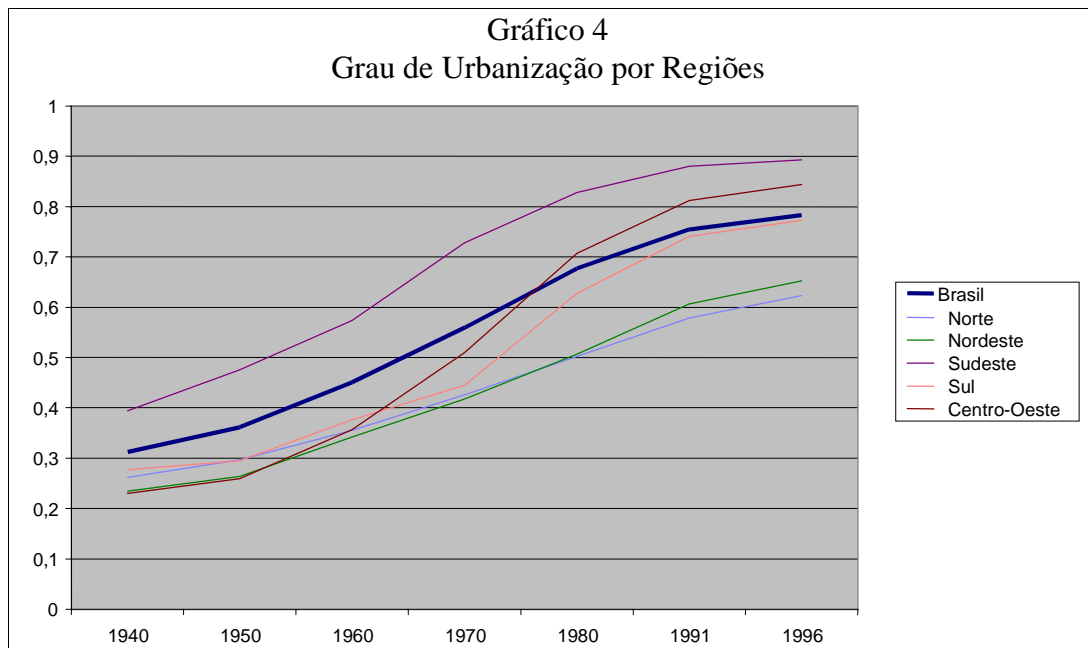
<sup>2</sup> Em 1940, a região Sudeste absorveu 56% da população urbana nacional.



Aproximadamente 90% de sua população viviam nas áreas urbanas e 39% em cidades com mais de 500 mil habitantes nesse ano.

Em contrapartida, o padrão de urbanização da região Nordeste tem sido quantitativa e qualitativamente diferente do da região Sudeste. Desde 1940, aquela região tem mantido a sua posição de maior absorvedora da população rural nacional, detendo 46,4% em 1996.<sup>3</sup> Nesse ano, cerca de 35% de sua população viviam nas áreas rurais e 25% em cidades com população inferior a 20 mil habitantes.

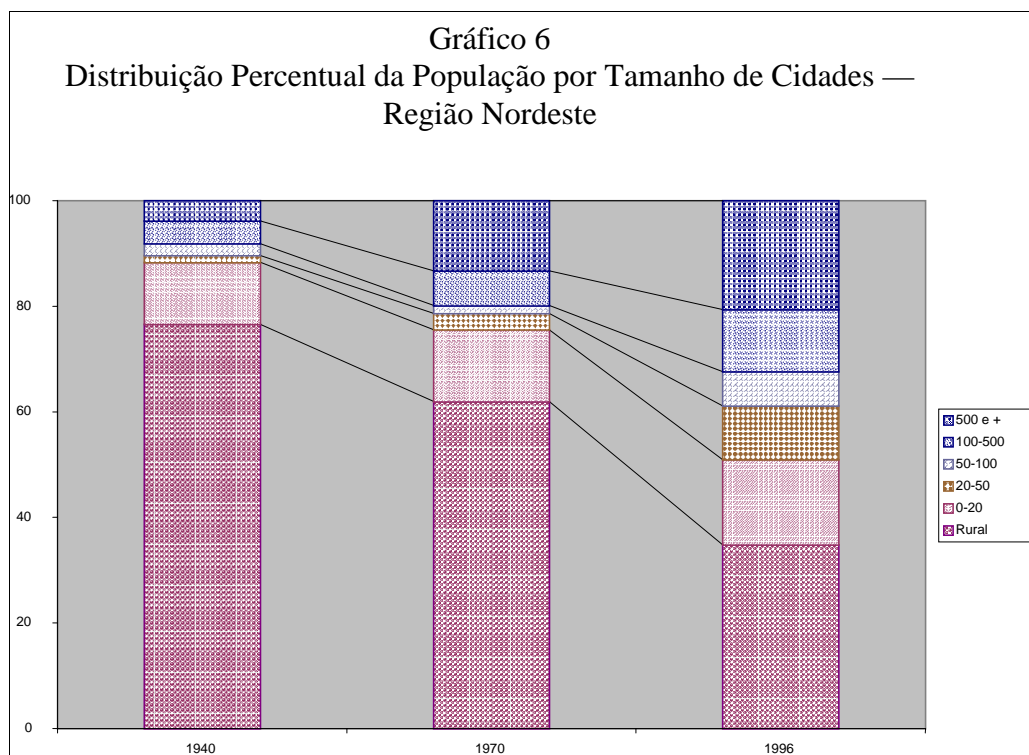
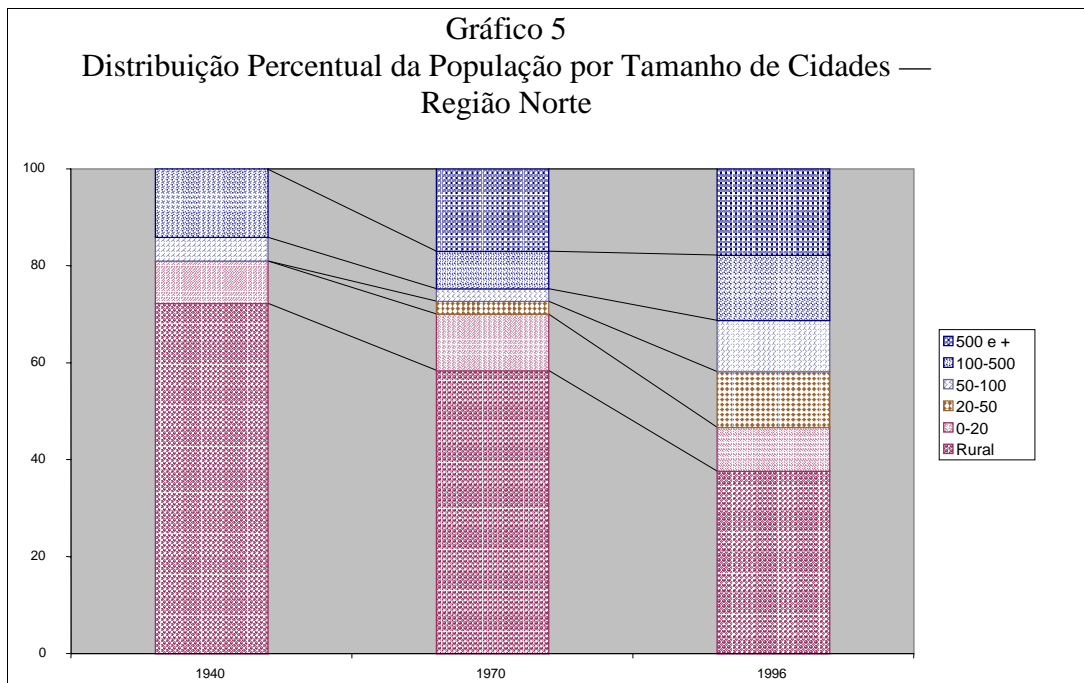
O Gráfico 4 mostra a evolução do grau de urbanização da população brasileira e suas regiões entre 1940 e 1996. Nele, observamos claramente que até 1970 apenas a região Sudeste apresentava um grau de urbanização mais elevado (e bem mais) do que a média nacional. A partir de 1980, a região Centro-Oeste ultrapassou essa média e atingiu o percentual de 84,4% em 1996. Nesse ano, o mais baixo valor foi observado na região Norte, 62,3%. A região Sudeste continuou apresentando a maior proporção de pessoas residindo nas áreas urbanas, dentre as cinco regiões analisadas.



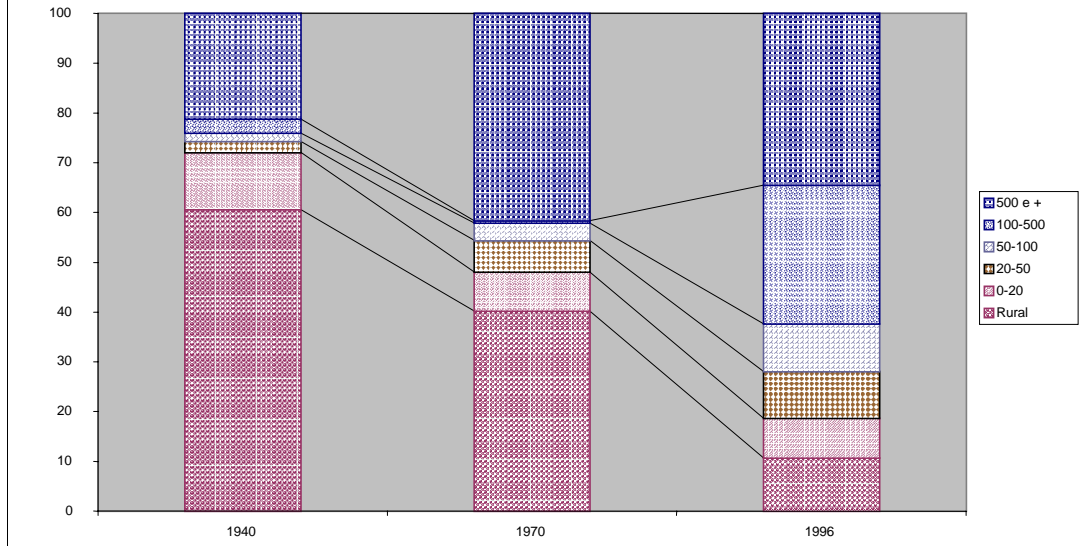
Uma outra diferenciação regional do processo de urbanização nacional é dada pela composição da população urbana por tamanho de cidades. Os Gráficos de 5 a 9 mostram a trajetória adotada por região brasileira entre 1940 e 1996 no processo de urbanização de sua população. Para facilitar a visualização da evolução, eles apresentam também esta composição em 1970. A primeira região considerada no Gráfico 5 é a Norte, que em 1996 apresentara a mais baixa taxa de urbanização.

<sup>3</sup> Em 1940, a percentagem absorvida foi de 39,4%.

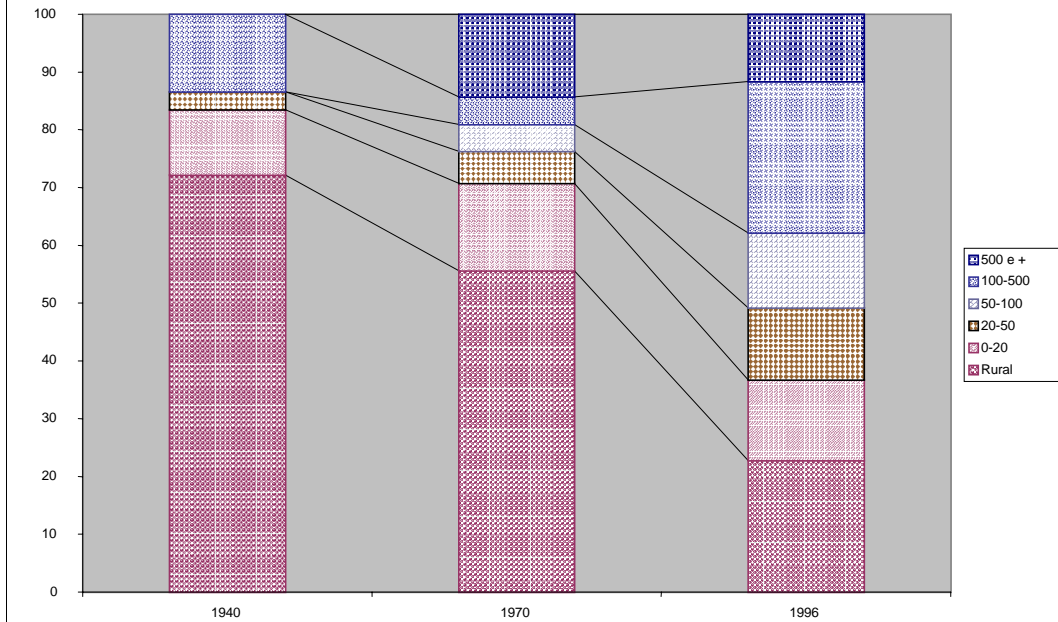
Em 1940, tinha um grau de urbanização relativamente alto — o terceiro mais alto do país. Em 1960, a região Centro-Oeste assume esta posição, e em 1980 a região Nordeste passa a ser a quarta região mais urbanizada do país (ver Gráfico 4).

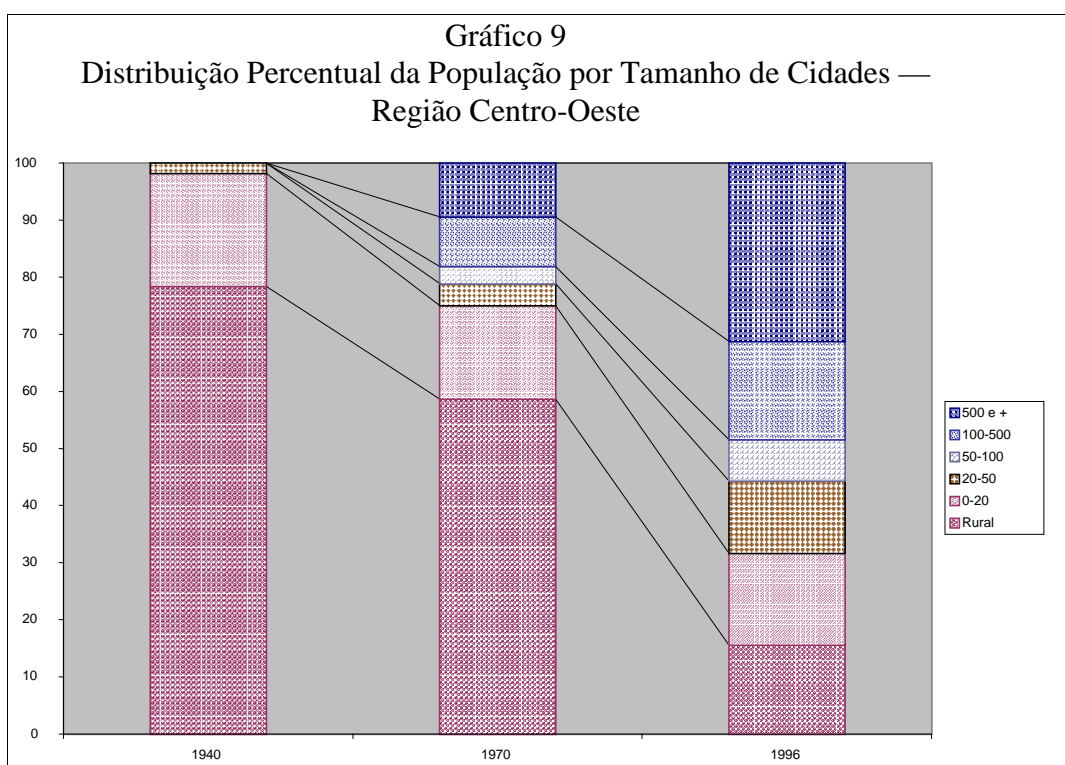


**Gráfico 7**  
**Distribuição Percentual da População por Tamanho de Cidades —**  
**Região Sudeste**



**Gráfico 8**  
**Distribuição Percentual da População por Tamanho de Cidades —**  
**Região Sul**





Em termos da composição por tamanho de cidades, a região Norte possuía, em 1940, apenas uma cidade com mais de 100 mil habitantes — Belém — que absorvia 65% de sua população urbana, denotando um processo de urbanização bastante concentrado. A tendência observada entre 1940 e 1970 foi, por um lado, a de uma desconcentração urbana, em face do crescimento do número de cidades menores e, por outro, a de concentração, pela elevação de Belém à categoria de cidade com mais de 500 mil habitantes. Ao mesmo tempo, uma nova cidade entrou no grupo de 100 mil a 500 mil habitantes, Manaus. Apesar da perda expressiva de população rural, a trajetória observada entre 1970 e 1996 foi de desconcentração populacional, num sentido mais amplo. *Grosso modo*, pode-se dizer que a população nortista estava, nesse ano, homogeneamente distribuída entre as áreas rurais (38%), as cidades com menos de 100 mil habitantes (24%) e as cidades com mais de 100 mil habitantes (38%). Nessa última categoria, encontram-se seis cidades, todas elas capitais de estados.

A mesma análise pode ser feita para a região Nordeste, com os dados do Gráfico 6. Antes de iniciar a análise propriamente dita, convém lembrar que essa região possuía o mais baixo grau de urbanização até 1980, quando passou a ocupar o quarto lugar no *rank* nacional. A região Nordeste, apesar de em 1940 ter quase 75% de sua população vivendo nas áreas rurais, já contava nessa época com uma cidade de mais de 500 mil habitantes — Recife. As mudanças havidas entre 1940 e 1970 apontam para maior concentração da população nordestina no grupo de cidades maiores, o que foi propiciado pela inclusão de duas cidades nesse grupo — Salvador e Fortaleza —, ambas capitais estaduais.

Das mudanças ocorridas entre 1970 e 1996 na distribuição espacial da população nordestina, chama-se a atenção, em primeiro lugar, para a perda expressiva de importância da população rural no total populacional: a parcela da população rural absorvida pela população total passou de 64% para 35%. O peso da população residindo nas cidades maiores também aumentou no período, em grande parte devido à elevação de mais seis cidades à categoria de cidade com mais de 500 mil habitantes, sendo cinco delas capitais estaduais. Outras categorias de cidades que também tiveram a sua participação populacional aumentada foram as de 100 mil a 500 mil habitantes e de 20 mil a 50 mil habitantes. Em síntese, a trajetória da população nordestina ao longo do período analisado foi a de um esvaziamento rural seguido de uma distribuição dessa população rural aproximadamente homogênea entre as várias categorias de cidades.

O Gráfico 7 apresenta uma síntese da evolução da distribuição populacional da região Sudeste entre 1940 e 1996. Desde 1940, essa região já apresentava o maior grau de urbanização dentre as cinco grandes regiões, detendo 2/3 da população urbana nacional e a metade das cidades brasileiras. Já nesse ano, 21% de sua população viviam em cidades de mais de 500 mil habitantes — Rio de Janeiro e São Paulo. O movimento realizado entre 1940 e 1970 foi no sentido de reduzir a participação da população rural e de concentrar a população urbana nas cidades de mais de 500 mil habitantes, que já eram quatro nesse último ano, pois Belo Horizonte e Campinas foram aí incluídas.

Como nas duas outras regiões, o que se observou para a região Sudeste entre 1970 e 1996 foi uma grande perda de importância da população rural<sup>4</sup> e uma distribuição mais homogênea da população urbana pelas demais categorias de tamanho. Os grandes ganhos foram obtidos pelo grupo de cidades de 100 mil a 500 mil habitantes. Nessa categoria, encontravam-se apenas duas cidades em 1940, número que cresceu para 16 em 1970, e para 93 em 1996. Esse fenômeno de relativa redução do ritmo de crescimento da população dos grandes núcleos metropolitanos parece ter se iniciado nos anos 80, conforme já salientado por Martine (1994, p. 29-30).<sup>5</sup> Em que medida este processo reflete uma desconcentração urbana ou uma hiperconcentração, é um ponto importante a ser esclarecido.

Como se viu na Tabela 4, o ritmo de crescimento da população urbana na região Sul ocorreu de forma acelerada em todo o período analisado, tendo atingido uma taxa de quase 7% entre 1950 e 1960. Em 1940, apresentava o segundo mais alto grau de urbanização do país, mas em 1960 perdeu essa posição para a região Centro-Oeste (ver Gráfico 4). A distribuição percentual da população da região sulista residiam nas áreas rurais e 13,4% estavam localizados em três cidades de

<sup>4</sup> Em 1996, residiam nas áreas rurais do Sudeste apenas 12% de sua população.

<sup>5</sup> A posição de Martine (1994) é a de que se está assistindo a um processo de contrametropolização. Neste trabalho, a posição dos autores, ainda não comprovada, é a de que pode estar ocorrendo uma hipermetropolização, pois grande parte desses núcleos urbanos de tamanho intermediário é composta de núcleos periféricos das regiões metropolitanas.

100 mil a 500 mil habitantes, que absorviam 62% de sua população urbana. No período 1940/70, essas cidades foram elevadas à categoria de mais de 500 mil habitantes, e um novo grupo de tamanho de cidades apareceu — o de 50 mil a 100 mil habitantes.

Entre 1970 e 1996, o que chama a atenção no Gráfico 8 é a grande redução da população rural, provocada por um intenso êxodo decorrente da modernização agrícola no Estado do Paraná. Entre 1970 e 1980, a população rural da região Sul experimentou uma redução absoluta de 2 milhões de habitantes e um êxodo rural de 4,5 milhões. As mudanças na composição espacial da população urbana se deram no sentido de uma distribuição mais equilibrada entre as classes de cidades, com o predomínio das cidades de 100 mil a 500 mil habitantes, não obstante a existência de duas regiões metropolitanas. Nessas, a população dos núcleos centrais ultrapassava 1 milhão de habitantes.

A última região a ser considerada é a Centro-Oeste, que tinha, em 1940, o menor nível de urbanização dentre as regiões brasileiras, sendo superada, em 1996, pela região Sudeste. A construção de Brasília explica parte desse fenômeno. A ocupação da fronteira agrícola, iniciada nos anos 40, propiciou o crescimento intensivo de núcleos urbanos de tamanho variado. O Gráfico 9 mostra que em 1940 quase 80% da população dessa região residiam nas áreas rurais. A maior cidade da região tinha menos de 50 mil habitantes e absorvia 8,3% da população urbana regional. Essa região experimentou um processo de concentração progressiva de sua população nas grandes cidades. Em 1970, já contava com duas cidades com população superior a 500 mil habitantes e mais duas na categoria imediatamente abaixo. Nesse ano, ainda residiam nas áreas rurais 66% de sua população.

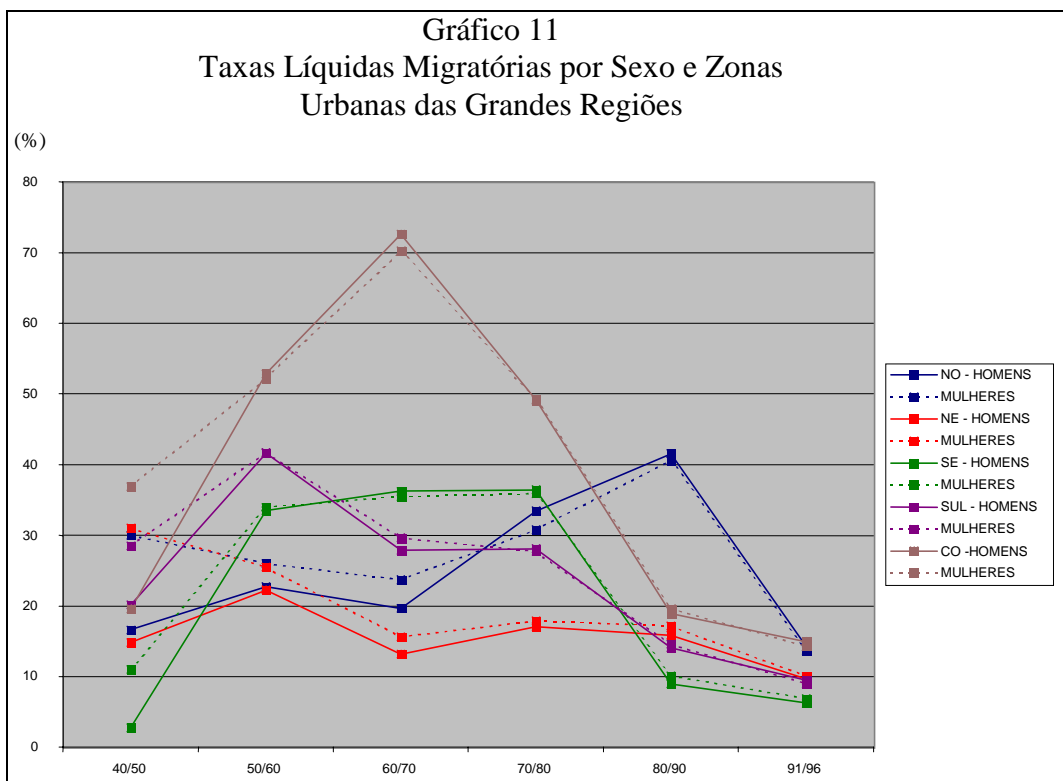
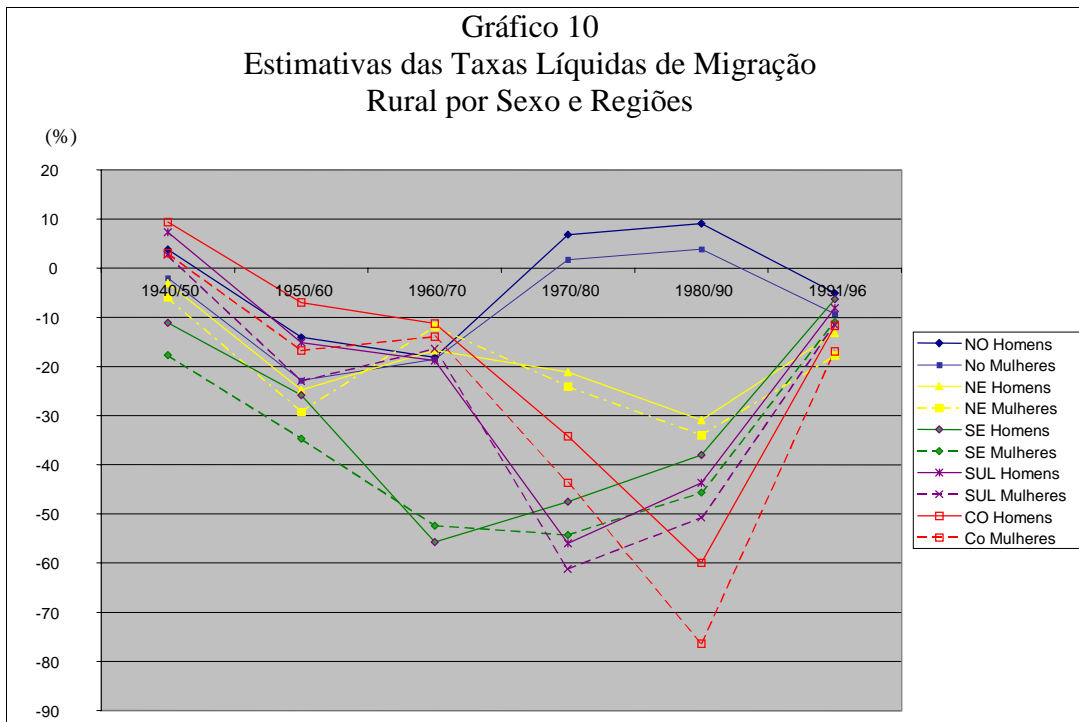
Entre 1970 e 1996, a composição da população da região Centro-Oeste passou por uma profunda mudança. As áreas rurais, que detinham 66% da população regional em 1970, passaram a reter apenas 16%. Por outro lado, nas três grandes cidades residiam 31% da população total.

## **5.2 - Os Movimentos Migratórios**

Como ocorreu com o conjunto da população nacional, os movimentos migratórios de origem rural foram responsáveis pelo intenso processo de urbanização experimentado pelas regiões brasileiras. O Gráfico 10 apresenta as taxas líquidas migratórias de origem rural do grupo de 15 a 50 anos, desagregadas por sexo para as grandes regiões referentes às décadas compreendidas entre 40 e 90 e o período 1991/96.<sup>6</sup> No Gráfico 11, encontram-se as taxas para a população urbana.

---

<sup>6</sup> Este grupo foi selecionado por se constituir no grupo com maior propensão migratória e pelo fato de que, na metodologia utilizada para estimar os demais grupos, pode-se incorrer em alguns problemas devido aos erros de declaração de idade apresentados pelos censos e erros nas medidas de fecundidade.



As taxas de migração rural são quase sempre negativas, o que indica um esvaziamento generalizado da zona rural de todas as grandes regiões (ver Gráfico 10). Como era de se esperar, já que acontece para o Brasil como um todo, a população feminina apresenta taxas maiores (em módulo) do que a masculina. Na Tabela 8, encontram-se as estimativas dos saldos líquidos de origem rural para os vários períodos de tempo considerados. Por outro lado, a população urbana experimentou, durante todo o período analisado e todas as regiões, taxas de migração positivas (ver Gráfico 11). Em termos gerais, a população feminina predominou nesses movimentos.

Já nos anos 40, o êxodo rural nacional tinha significância estatística: quase 2 milhões, no total nacional. As regiões Sudeste e Nordeste já apresentaram saldo e taxas negativos, o que representou 6% e 2,5%, respectivamente, da população que lá residia no início da década. As regiões Sul e Centro-Oeste apresentaram saldo líquido migratório positivo, em face da expansão de sua fronteira agrícola (ver Tabela 7 e Gráfico 10). Por sua vez, as maiores taxas de migração urbana foram observadas nas regiões Centro-Oeste e Sul, com predomínio da população feminina (ver Gráfico 11). Isso pode estar representando a contrapartida urbana do processo de expansão da fronteira agrícola.

Tabela 7

**Saldo Líquido Migratório Rural-Urbano — Ambos os Sexos**

(Por Mil Habitantes)

	1940/50	1950/60	1960/70	1970/80	1980/90	1991/96
Brasil	-1.931,0	-10.824,1	-11.412,2	-14.413,0	-12.144,5	5.781,30
Norte	11,5	-297,2	-362,7	125,1	271,6	-467,1
Nordeste	-542,7	-5.009,9	-3.083,9	-4.912,0	-5.419,5	-3.154,10
Sudeste	-1.617,4	-3.895,0	6.011,4	-4.512,2	-3.126,5	-1.043,10
Sul	245,5	-1.397,5	-1.624,3	-4.184,8	-2.695,0	-808,4
Centro-Oeste	72,6	-224,5	-329,9	-929,1	-1.175,1	-308,6

Fonte: Estimativas dos autores baseadas nos vários censos demográficos.

A década de 50 é considerada o ponto inicial do êxodo rural brasileiro. Aproximadamente 11 milhões de pessoas deixaram as áreas rurais, metade originada da região Nordeste. O contingente populacional que deixou as áreas rurais nordestinas correspondeu a pouco mais de 1/4 da população que lá vivia no início da década (Tabela 7 e Gráfico 10). Na região Sudeste, também nos anos 50, aproximadamente 3,9 milhões de habitantes deixaram o campo, o que corresponde a quase 30% da população rural do início da década, engrossando, provavelmente, as cidades da própria região. A população urbana dessa região experimentou um incremento migratório de, aproximadamente, 31% (ver Gráfico 11).

O êxodo rural da região Sul nos anos 50 (boa parte do qual intra-regional) atingiu 10% da população no início do período. Isso contribuiu para um incremento de 40% da sua população urbana. As áreas rurais das regiões Norte e Centro-Oeste



também experimentaram perdas populacionais rurais, mas num montante pouco expressivo. Em contrapartida, as áreas urbanas do Centro-Oeste apresentaram as mais altas taxas de migração urbana no plano nacional. Isso se deveu, em parte, à expansão de sua fronteira agrícola e à construção da capital federal, Brasília.

Nos anos 60, aproximadamente 6 milhões de pessoas deixaram o meio rural da região Sudeste — 61% de toda a migração rural nacional e quase 60% dos que habitavam o meio rural do Sudeste em 1960 (Tabela 7 e Gráfico 10). Por outro lado, a população urbana da região experimentou um incremento de aproximadamente 1/3 do contingente que já existia em 1950, pela imigração que para lá se destinou. Foi a segunda mais alta taxa de migração urbana observada entre as regiões brasileiras (ver Gráfico 11). Esse fluxo foi, provavelmente, engrossado pela migração de outras regiões do país, principalmente do Nordeste. A emigração rural de nordestinos declinou no período tanto em termos absolutos quanto relativos (Tabela 7).

Nos anos 70, as duas regiões fornecedoras de migrantes rurais foram o Nordeste (provavelmente numa retomada das migrações inter-regionais), com mais de 4 milhões de pessoas, e novamente o Sudeste, com mais um fluxo de quase 4,5 milhões de pessoas (Tabela 7). As taxas de migração urbana na região Sudeste continuam elevadas, só sendo superadas pelo Centro-Oeste (ver Gráfico 11).

Durante os anos 70, quase 70% da população rural que residia na região Sul no início da década saíram do campo, o que equivale a 27,5% do total de migrantes rurais do país (Tabela 7 e Gráfico 10). Nesses 10 anos, sua população rural experimentou uma redução de 2 milhões de habitantes. Por outro lado, a população urbana experimentou um incremento de 4,7 milhões, sendo que quase 50% deste incremento foram devidos à imigração urbana (Gráfico 11 e Tabela 4). Nesse período, a região Norte começou a atrair agricultores sulistas. O saldo migratório líquido regional do Norte foi positivo e a população rural ganhou, entre 1960 e 1980, um total de 1,2 milhão de pessoas (Tabelas 3 e 7). As áreas urbanas experimentaram taxas de imigração expressivas — mais de 30% — em que predominou a população masculina, confirmando a associação da expansão da fronteira agrícola com o processo de urbanização.

O Centro-Oeste passou por um processo de expulsão de população rural semelhante ao da região Sul nos anos 70, mas nacionalmente pouco expressivo. Sua população rural, contrariamente ao que ocorreu na década anterior, começou a reduzir-se em termos absolutos, o que se acentuou durante os anos 80. Foi também nesse período que a fecundidade das áreas rurais iniciou um processo de redução acentuada, que se manifestou mais claramente nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste. A redução da fecundidade contribuiu, no curto prazo, para a desaceleração no ritmo de crescimento populacional e, no médio, para uma diminuição do êxodo rural. As áreas urbanas regionais continuaram a apresentar as mais altas taxas de migração urbana no contexto nacional devido à estagnação da fronteira agrícola e à construção/expansão de Brasília.

O padrão que imperou na expansão da fronteira agrícola em direção ao Centro-Oeste respondeu, em grande parte, pelo seu nítido esvaziamento demográfico rural nos anos 80. Durante essa década, quase 70% da população rural do Centro-Oeste migraram. Por sua vez, as taxas de migração urbanas, embora declinantes, continuam expressivas, em torno de 20%, o que acarretou um aumento de aproximadamente 2,5 milhões de habitantes na população urbana regional.

Nos anos 80, a população rural nordestina apresentou, pela primeira vez, um declínio absoluto de mais de 5 milhões de pessoas. Esse fenômeno é resultado da combinação da elevada taxa de migração rural-urbana com uma queda nas taxas de fecundidade. A população urbana apresentou taxas de migração positivas em torno de 20%, o que resultou num incremento de aproximadamente 7,8 milhões de habitantes dessa população.

De todos os migrantes rurais do país entre 1991 e 1996, 55% saíram do Nordeste (Tabela 7), o que representou quase 40% da população que vivia na zona rural da região no início da década. A população rural nordestina apresentou uma redução absoluta de 1,2 milhão de pessoas nesses cinco anos, como resultado do êxodo rural e da queda da fecundidade. As taxas de migração urbana diminuíram sensivelmente no período, mas o incremento da população urbana no quinquênio foi expressivo — 3,4 milhões de pessoas.

O Centro-Oeste foi a região brasileira que mais se desruralizou durante a primeira metade da década de 90 (Tabela 3). As taxas de migração urbana também experimentaram uma redução, mas devido principalmente ao aumento da sua base populacional, pois, num quinquênio, 1,2 milhão a mais de pessoas foram encontradas morando nas áreas urbanas.

Como foi visto, o êxodo rural do Sudeste vem declinando em termos absolutos e relativos desde 1960. A população rural dessa região continua se reduzindo, mas num ritmo menor. Entre 1980 e 1991, o decréscimo foi de quase 1,4 milhão de pessoas e entre 1991/96, a diminuição foi de 357 mil. Por outro lado, o incremento da população urbana, que havia sido de 11,6 milhões entre 1980 e 1991, se reduziu para 4,7 milhões (ver Tabelas 4 e 7). No Sul, a taxa de migração rural, superior a 40% nos anos 80 (Gráfico 10), caiu para 22,7% na década seguinte. A perda populacional rural absoluta dos anos 80 — de pouco mais de 1,4 milhão de habitantes — foi, nesse período, de 378 mil (Tabela 3). Já os ganhos urbanos se reduziram de 4,2 milhões para 1,8 milhão.

A região Norte, que entre 1970 e 1990 atraía mão-de-obra tanto nas suas áreas urbanas quanto rurais, como decorrência da expansão da sua fronteira agrícola, experimentou durante os anos 90 uma perda de população rural. Isso se deveu pela perda de atração migratória das suas regiões agrícolas que passaram a expulsar população. Desde a década de 80, as áreas urbanas dessa região têm apresentado as maiores taxas de migração.

## 6 - SÍNTESE

O trabalho mostrou que o processo de ocupação espacial da população brasileira, nos últimos 56 anos, foi pautado por uma desruralização e pela concentração da população nas áreas urbanas. Esse fenômeno não se deu de forma homogênea no espaço nacional. As diferenças regionais estão fortemente associadas às diferenças nos *timings* em que os fenômenos ocorreram em cada região, os quais, por sua vez, decorreram das especificidades regionais. Os movimentos migratórios são o principal componente desse processo, devido ao fato de o crescimento vegetativo ser mais alto, em geral, nas áreas de emigração.

Durante o período analisado, a população brasileira, no seu processo de redistribuição, experimentou dois movimentos diferenciados, com predominância do último: a expansão da fronteira agrícola das regiões Sul, Centro-Oeste e Norte (nesta ordem temporal) e a concentração da população nas áreas urbanas e em cidades cada vez maiores. Como se observou, o processo de expansão de fronteiras agrícolas teve, também, um componente urbano importante tanto nos seus momentos de expansão quanto nos de estagnação. Além disso, observou-se também no período a construção e mudança da nova capital federal para Brasília, situada numa região até então de baixa densidade demográfica, o Centro-Oeste.

Não obstante o crescimento importante da população do Centro-Oeste e seu adensamento em termos de população urbana — bem como o de outras regiões, como a Norte —, foram pouco expressivas as alterações no processo de distribuição espacial da população entre as cinco regiões brasileiras. Neste final de século, a população brasileira continua fortemente concentrada na região Sudeste, em especial nas suas grandes cidades. As transformações ocorridas no período tiveram um grande impacto em nível intra-regional, provocando em todas as regiões, em períodos de tempo diversos, uma desruralização marcada e uma concentração populacional nas áreas urbanas e em cidades cada vez maiores. Mesmo regiões que experimentaram um processo de expansão de sua fronteira no período estudado, vivenciaram sua estagnação, com a conseqüente desruralização.

Esse processo continua marcando a organização territorial brasileira na virada do século. Mas há diferenças regionais importantes nesse sentido: o movimento massivo e generalizado de êxodo ainda marca o Nordeste, mas as regiões Sudeste e Sul têm experimentado uma emigração rural em escala bem mais reduzida do que em períodos anteriores de sua história. Essas informações permitem conclusões diferentes. Baseando-se em cifras relativas, vários especialistas têm argumentado que o processo de urbanização brasileiro já atingiu um patamar elevado, apresentando uma tendência de perda de velocidade. Essa explicação aponta também no sentido de uma perda de atração dos grandes núcleos metropolitanos. Outros especialistas, baseados em cifras absolutas, concluem por uma continuação do processo de concentração populacional no meio urbano e em cidades maiores.

Em termos objetivos, a contagem populacional mostrou que, em 1996, ainda residiam na região rural nordestina mais de 15,6 milhões de pessoas, o equivalente a 46% da população rural nacional. Isso por si só já assegura um potencial de crescimento vegetativo elevado para a região e um horizonte em que o êxodo rural deve ter lugar de destaque e ser continuação do processo de urbanização. Por outro lado, esse mesmo levantamento mostrou que entre 1991 e 1996 as regiões metropolitanas voltaram a crescer em ritmo superior à média nacional, impulsionado pelos municípios periféricos. De acordo com Andrade e Serra (1998, p. 24), o processo de reestruturação produtiva, sob a orientação de uma política econômica neoliberal, parece tender a reforçar o processo de concentração econômico-populacional nos grandes centros urbanos. Ou seja, o caminho para o futuro próximo parece estar na continuação da concentração populacional nos grandes centros.

## **BIBLIOGRAFIA**

- ANDRADE, T. A., SERRA, R. V. *O recente desempenho das cidades médias no crescimento populacional urbano brasileiro*. Rio de Janeiro: IPEA, 1998 (Texto para Discussão, 554).
- CAMARANO, A. A., ABRAMOVAY, R. *Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos*. Rio de Janeiro: IPEA, 1997 (Texto para Discussão, 621).
- CAMARANO, A. A., BELTRÃO, K. I., ARAÚJO, H. E., MEDEIROS, M. *A dinâmica demográfica recente da região Nordeste*. Brasília: IPEA, 1997.
- CAMARANO, A. A., BELTRÃO, K. I., ARAÚJO, H. E., PINTO, M. S. *Transformações no padrão etário da mortalidade e o seu impacto na força de trabalho*. Brasília: IPEA, 1997 (Texto para Discussão, 512).
- CANO, W. Concentração e desconcentração econômica regional no Brasil: 1970/95. *Revista do Instituto de Economia da Unicamp*, v. 8, p. 101-141, jun. 1997.
- FARIA, V. Cinquenta anos de urbanização no Brasil. *Novos Estudos*, Cebrap, v. 29, p. 98-119, mar. 1991.
- MARTINE, G. As migrações de origem rural no Brasil: uma perspectiva histórica. *História e população — estudos sobre a América Latina*. São Paulo: Abep/IUSSP/Celade, 1990.
- . *A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80*. Brasília: IPEA, 1994 (Texto para Discussão, 329).
- MARTINE, G., CAMARGO, L. Crescimento e distribuição da população brasileira. *Revista de Estudos Populacionais*, Abep, v. 1, n. 1/2, p. 99-144, jan./dez. 1984.
- PACHECO, C. A., PATARRA, N. Movimentos migratórios nos anos 80: novos padrões? *Anais do Seminário de Migrações Internas*, Curitiba: Abep, p. 31-65, 1997.